

INOVAÇÃO TERRITORIAL EM CONTEXTOS PRODUTIVOS DO SEMIÁRIDO BAIANO: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DE MORADA VELHA NA FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO PRODUTIVO

Territorial innovation in productive contexts of the semi-arid Bahia: the experience of the community of Morada Velha in the formation of a productive territory

Mario Bestetti Costa

Instituto de Design Social e Sustentável - IDSS, BA, Brasil

Laila Nazem Mourad

Universidade Católica de Salvador, BA, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 26/11/2021

Aceito em 22/12/2021

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n254.p627-645>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Como ser citado (modelo ABNT)

COSTA, Mario Bestetti; MOURAD, Laila Nazem.

Inovação territorial em contextos produtivos do Semiárido baiano: a experiência da comunidade de Morada Velha na formação de um território produtivo.

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 627-645, set./dez. 2021.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n254.p627-645>

Resumo

Este artigo trata do processo de formação de territórios produtivos, analisando o desenvolvimento da comunidade de Morada Velha (BA) no período de 2000 a 2018. A despeito dos dados socioeconômicos demonstrarem baixos índices de desenvolvimento regional, a produção artesanal apresenta-se como a principal atividade produtiva e fonte de renda, o que possibilita tanto uma evolução econômica como a melhoria da qualidade de vida daquela população, atuando como agente de integração regional através das trocas de saberes. Com o questionamento sobre a mobilização democrática e produtiva de um território através de seus ativos culturais, observou-se que tais ativos fomentadores do processo de transformação social, tendem a apoiar o desenvolvimento local e a fortalecer sua territorialidade, quando utilizados de forma autônoma e articulada com os agentes institucionais presentes.

Palavras-chave: Território. Cultura. Artesanato. Design. Desenvolvimento local.

Abstract

This article deals with the formation of productive territories, analyzing the development of the community of Morada Velha (BA) in the period from 2000 to 2018. Despite the socioeconomic data showing low rates of regional development, artisanal production presents itself as the main productive activity and source of income, which makes possible both an economic evolution and an improvement in the quality of life of that population, acting as an agent of regional integration through the exchange of knowledge. With the questioning of the democratic and productive mobilization of a territory through its cultural assets being a way of social transformation, it was observed that such assets tend to support local development and to strengthen its territoriality, when used autonomously and articulated with the institutional agents present.

Keywords: Territory. Culture. Crafts. Design. Local development.

Introdução

A vestimenta branca com detalhes em azul-claro já nos indica que estamos entrando em uma região onde a religiosidade predomina, já que se trata da vestimenta tradicional dos romeiros, habitantes daquele local, e muito presente nas manifestações de expressão religiosa, conforme pesquisa realizada pela antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998). A esta característica, de uma região a qual o historiador Nilton Freixinho (2003) descreve como “sertão arcaico”, onde sua população ainda mantém modos de pensar e agir não muito distantes da época dos colonizadores, e onde a necessidade por soluções aos problemas naturais faz com que se busquem respostas na religiosidade (e em seus agentes) e no misticismo religioso, soma-se o fato de estarmos à margem do Raso da Catarina, no estado da Bahia, região esta marcada pela adversidade climática da seca e, sobretudo, pela pobreza de suas populações com consequente pressão sobre a natureza.

Tal contexto nos apresenta uma diversidade de elementos que, soltos, já mostram a riqueza identitária das manifestações populares brasileiras, pois ali temos representações de matrizes sertanejas tradicionais, como a religiosidade, através das suas romarias e dos seus “clérigos-místicos” (FREIXINHO, 2003), como também a produção artesanal tradicional, base para a produção de itens de uso cotidiano como as vassouras e o característico chapéu de palha. Necessário se torna perceber, então, que tal riqueza de diversidade e patrimônio, tanto material como imaterial, encontra-se em uma região com índices sociais entre os mais baixos do estado.

Da mesma forma que é possível perceber a presença da institucionalidade como instrumento para redução da desigualdade social, é necessário compreender como esses agentes exógenos dialogam com aqueles sujeitos “assistidos”, como define Serge Paugam (2003), ao distinguir os tipos de beneficiários da ação social, os quais o autor denomina de “clientela institucional”.

Provocado pela busca de novas alternativas capazes de atender às demandas socioeconômicas de populações situadas em regiões com características similares ao local pesquisado, através de um processo de desenvolvimento local e endógeno que permita a autonomia dos indivíduos que dele fazem parte, objetiva-se, neste artigo, em uma leitura interdisciplinar, a descrição e análise crítica de um processo de inovação territorial em contextos produtivos através do deslocamento do papel da cultura local: esta, de um agente

passivo, converter-se-ia em agente indutor do processo, sendo um vetor do desenvolvimento territorial.

Ao fazermos esta ponte entre o uso consciente do patrimônio cultural e ambiental presente nos territórios e as necessidades geradas por um contexto social e econômico, tal qual encontrado no semiárido nordestino, encontramos justificativa para esta pesquisa pela geração de conhecimento que possa subsidiar novas ações de desenvolvimento local, bem como novas provocações para o conceito de desenvolvimento territorial.

Pretendemos que esta leitura contribua com o fato de que não só devem ser preservadas as características definidoras de um território, mas também tais peculiaridades devem ser potencializadoras de sua dinâmica social e econômica, fazendo com que se fortaleça sua identidade e não se instaure uma busca de novas identidades, reflexos de fora, por vezes vistas como melhores.

Desenvolvimento De Territórios

No contexto territorial bem característico e peculiar daquela região, observou-se, através de uma abordagem metodológica diacrônica (passado) e sincrônica (presente), o que ocorreu no período de 2000 a 2018, após sucessivas ações institucionais, seja de agentes governamentais, seja de agentes do Terceiro Setor, que pudesse nos apresentar os resultados das ações de desenvolvimento local visando ao fortalecimento da produção do artesanato tradicional do trançado da palha, em um projeto de desenvolvimento regional através do incremento de renda e ampliação da interlocução institucional.

E, com uma linha de interpretação dialética do estudo, em que tudo se relaciona e se transforma, buscamos aproximar a teorização conceitual sobre a temática do desenvolvimento e seus paradigmas, muitas vezes vinculados ao crescimento econômico.

Partimos, assim, do conceito de desenvolvimento como expansão das liberdades pessoais, de Amartya Sen (2010), expansão esta que contrasta com as visões "restritas" como as que o identificam com crescimento econômico.

Segundo o autor, o papel do mercado é reconhecido na literatura econômica sobre o tema como parte do desenvolvimento, embora sua contribuição seja posterior ao reconhecimento da importância direta da liberdade de troca. A liberdade de entrar no

mercado pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização.

Percebe-se, quando tal discussão é aplicada ao nosso contexto, um posicionamento institucional para o fortalecimento de um processo de desenvolvimento local endógeno, no qual os sujeitos de tal processo são provocados a buscar soluções a problemas sinalizados por agentes externos, que reforçam o entendimento de que é no plano local que se possibilita o fortalecimento das capacidades individuais e da inclusão social. (ABRAMOVAY, 2009; BRAGA, 2002)

George Yúdice sinaliza que, não obstante a cultura ter se tornado pretexto para melhoria sociopolítica e desmaterialização do crescimento econômico, entendendo-a como um recurso para os discursos desenvolvimentistas contemporâneos ou mesmo como parte do “novo regime de acumulo capitalista baseado no trabalho cultural e intelectual” (YÚDICE, 2013), pode haver nela o “poder” da transformação social e territorial.

É através da riqueza (idílica ou real) do semiárido brasileiro que nortearíamos nosso questionamento sobre como ela pode ser convertida em um instrumento de quebra de paradigmas, fixando a população da zona rural e evitando a tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural da região. (ABRAMOVAY, 2009)

De modo geral, um projeto territorial é guiado por uma atividade/ação central, quase sempre econômica (mas não exclusivamente) e, em torno ou além dela, articula outras atividades que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. O território-espço de projeto não tem que estar restrito a limites municipais e não se restringe a uma única atividade/ação. Mas qualquer que seja a concepção central, território-espço de poder ou território-espço de projeto, não se pode perder de vista a diversidade dos territórios. Eles possuem realidades e potencialidades diferentes, com contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que suportam possibilidades de ação dos agentes sociais engajados nas iniciativas que objetivam o desenvolvimento. (TONNEAU; CUNHA, 2005).

O território, este “tecido relacional espacializado”, segundo Rogério Haesbaert (2007), assume papel relevante em tal processo de desenvolvimento. Nesse sentido, é no plano local que teríamos uma “margem de manobra” frente às estratégias guiadas pelas

lógicas pró e contra mercado, cabendo à dinâmica institucional local papel significativo na geração de novas soluções para os problemas que ali se apresentam. A articulação das diversas formas de capital encontradas em um território possibilitaria um processo de desenvolvimento territorial, na linha proposta por Sérgio Boisier (1999).

Em um processo de integração entre cidadão e instituições na busca por “inovação técnica, desenvolvimento econômico e melhoria social”, guiado tanto por ações de caráter econômico quanto por benefício socioambiental, tem-se na formação dos projetos territoriais e de sistemas de inovação territorial (inclusivo e participativo) uma possibilidade de resposta às necessidades sociais locais não satisfeitas.

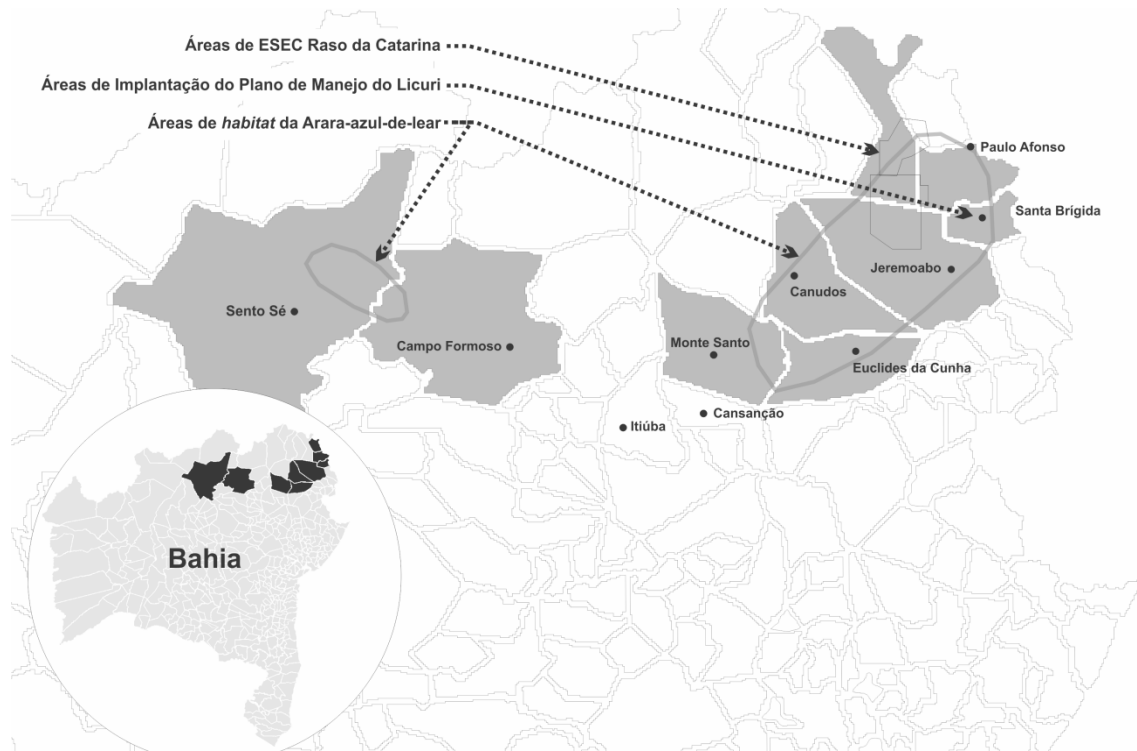
Pretendemos trazer à luz, com esta leitura, o fato de que não só devem ser preservadas as características definidoras de um território, como também elas precisam ser potencializadoras de sua dinâmica social e econômica, fortalecendo expressões e práticas culturais próprias.

O contexto territorial

Buscamos na leitura histórico-temporal do Povoado de Morada Velha, uma localidade com forte tradição cultural e que vem participando de diversas ações de construção territorial, entender como se apresenta um processo de desenvolvimento local que tem na identidade cultural e no contexto ambiental, representados pela produção do artesanato tradicional, sua matriz de geração de renda.

O povoado, localizado no nordeste do estado da Bahia, está situado a cerca de 10 km da sede do município de Santa Brígida (BA), área inserida no polígono das secas, e a cerca de 430 km da capital do estado (Salvador/Bahia). Fica à margem direita do Rio São Francisco, numa distância de aproximadamente 30 km, próximo das divisas com os estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e margeado a oeste pelo Raso da Catarina. (FIGURA 1)

Figura 1- Mapa ilustrativo do contexto ambiental das territorialidades existentes



Fonte: Paes, 2008; Semear, 2009; Ibama, 2011; Amaral, 2017 (elaborado pelo autor, 2018).

Segundo o “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil”¹, Santa Brígida está entre os cinquenta menores IDHM do estado, com índice de 0,546, ocupando a 5253ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, e 375º lugar na Bahia entre os 417 municípios do estado.

Com esta realidade, predominantemente rural e pobre, é possível perceber que se trata de um contexto municipal com expressivas carências sociais e econômicas, e que afloram ainda mais quando o comparamos com outros contextos, em especial com o estadual.

A cobertura vegetal da região é predominantemente da Caatinga, vegetação típica do semiárido, já muito descrita na literatura como sendo pobre e de pouca importância biológica. No entanto, outros estudos e levantamentos realizados nas últimas décadas mostraram que esse bioma possui um considerável número de espécies endêmicas que

¹ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-brigida_ba. Acessado em 10/6/2018.

devem ser reputadas como um patrimônio biológico de valor incalculável. É o único bioma exclusivamente brasileiro, possuindo um potencial econômico ainda pouco valorizado, a exemplo da Palmeira do Licuri (*Syagrus coronata*) encontrada desde o norte de Minas Gerais, estendendo-se na porção oriental e central da Bahia até o sul de Pernambuco, incluindo os estados de Sergipe e Alagoas, sendo que parte se encontra na região da caatinga semiárida brasileira, ou seja, 13% do território brasileiro (embora quase metade já tenha sido antropizada).

O fruto da palmeira é recurso indispensável para a sobrevivência da Arara-azul-de-lear⁷, espécie só existente no sertão do Estado da Bahia, considerada criticamente ameaçada até 2007, sendo incluída no Apêndice I da “Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção” (CITES) e na “Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção” (MMA, 2003), e mais recentemente classificada com status de “vulnerável”. (AMARAL et al., 2012)

Além do tráfico, que abastece o comércio ilegal de animais, o animal também sofre ameaças pela retirada dos frutos do licurizeiro, utilizados para alimentação animal e humana, e para extração do óleo para indústria de cosméticos ou para a produção de biodiesel; e das folhas, empregadas na produção de vassouras, chapéus e produtos de artesanato.

Com a redução da disponibilidade do licuri, as araras passaram a se alimentar também do milho e isso gerou um conflito com os agricultores familiares, que passaram (não todos) a atirar nas aves para espantá-las de suas plantações, causando um alto grau de mortandade na espécie.

Com esta situação imposta, a presença institucional se fortaleceu, em especial a de representantes das instituições de preservação ambiental, com ações de sensibilização e educação ambiental junto às comunidades.

Frente às ameaças de antropização que a região descrita apresenta, uma série de ações vêm sendo realizadas e visam não só à proteção da fauna ali encontrada, mas também à das áreas naturais ainda conservadas, como por exemplo a elaboração da “Instrução Normativa nº 191” do IBAMA (BRASIL, 2008).

Em virtude de sua grande importância para a economia e a subsistência do semiárido, em 2009 foi elaborado o “Plano de Manejo Sustentável para Extração da Fibra do

Licuri”, em uma iniciativa da unidade Paulo Afonso do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (SEBRAE), construído em conjunto com a Associação de Artesãos de Santa Brígida (AASB). Os objetivos do plano eram o licenciamento ambiental e a adequação da atividade artesanal à legislação vigente, através da sistematização das informações e do conhecimento tradicional dessa comunidade, além da gestão do uso sustentável dos recursos naturais e proteção da cultura e da atividade artesanal baseada na fibra do licuri, embrião de uma futura reserva extrativista na região. (SEMEAR AMBIENTAL, 2009)

Em tal contexto geográfico, uma comunidade tem se destacado pela preservação e uso consciente da natureza e, em especial, da palmeira do licuri. O “Povoado de Morada Velha”. Sua história remonta aos anos de 1950, quando do povoamento da região de Santa Brígida pelos romeiros vindos em busca de futuro melhor. A região tem forte relação com a questão espiritual messiânica, com a chegada do Beato Pedro Batista no ano de 1945, que, após instalar-se e ganhar fama de beato conselheiro, começou a atrair pessoas de diversas outras regiões que vinham em busca de uma liderança espiritual para uma vida melhor. Podemos dizer que Morada Velha, compreendendo uma área de aproximadamente 3 km², foi formada através desta movimentação.

Em Santa Brígida, as peregrinações religiosas (seus cultos ou devoções) chamam a atenção pela força da mobilização social e pelo comportamento ritualístico da prática, assim como pelo teor de crenças e preceitos que estimulam aqueles que a elas se entregam (QUEIROZ, 1998).

Tal tradição também se apresenta nas representações simbólicas, expressas através do artesanato. A técnica do entalhe da madeira, por exemplo, é utilizada para produção de peças utilizadas nos cultos, como ex-votos, cruzeiros e banquetas, e o trançado da fibra da palha do licuri produz o tradicional chapéu do romeiro.

Esse conhecimento técnico, que tem sido transmitido de forma oral através das gerações, sem um processo de aprendizado formal ou sistematizado, ganha uma posição de destaque e valorização com a inserção de agentes externos que viram naquele contexto possibilidades de melhoria da qualidade de vida para aquelas pessoas.

Morada Velha apresenta-se, assim, como um pequeno espaço onde a pobreza natural do sertão nordestino, com relação ao baixo nível de renda, confronta-se com uma diversidade de elementos que poderiam suplantar essa realidade através da ampliação de suas capacidades, fortalecendo e oportunizando facilidades econômicas e sociais, algumas das liberdades instrumentais citadas por Amartya Sen (2010) como sendo constitutivas para um desenvolvimento mais humano.

Buscando soluções no seu ambiente: alternativas de fortalecimento da Economia local

O trato com a natureza em contextos socioeconômicos como o do nordeste brasileiro sempre sofre com a tensão entre a atividade produtiva, mantenedora da vida social, e a necessidade preservacionista, geradora de um capital ambiental para as próximas gerações. Tal tensão, por vezes, gera conflitos, da mesma forma que pode originar um “pêndulo” norteador de caminhos para o desenvolvimento de soluções.

Há, assim, uma necessidade de ações alternativas de desenvolvimento, em especial na produção econômica associada ao uso racional do seu ativo ambiental e apoiado por um manejo sustentável dos recursos naturais.

A relação entre o ecossistema e o bem-estar humano foi descrita no relatório *The Millennium Ecosystem Assessment*, publicado em 2005, por um lado como um ecossistema que oferece provisões das necessidades humanas (como comida e água), de regulações (como clima e fluxos de água, nitrogênio e oxigênio), de apoio (como os ciclos de nutrientes e de formação dos solos), e culturais (ao ressaltar valores humanos, estéticos e religiosos, por exemplo). Por outro lado, tal relação oferta os elementos constituintes do bem-estar humano, como segurança, materiais básicos para vida, saúde, interações sociais e liberdade de escolha e ação. Segundo o relatório, ao protegermos a biodiversidade, preservamos o ecossistema e, conseqüentemente, o que este pode oferecer ao bem-estar humano. (SACHS, 2015)

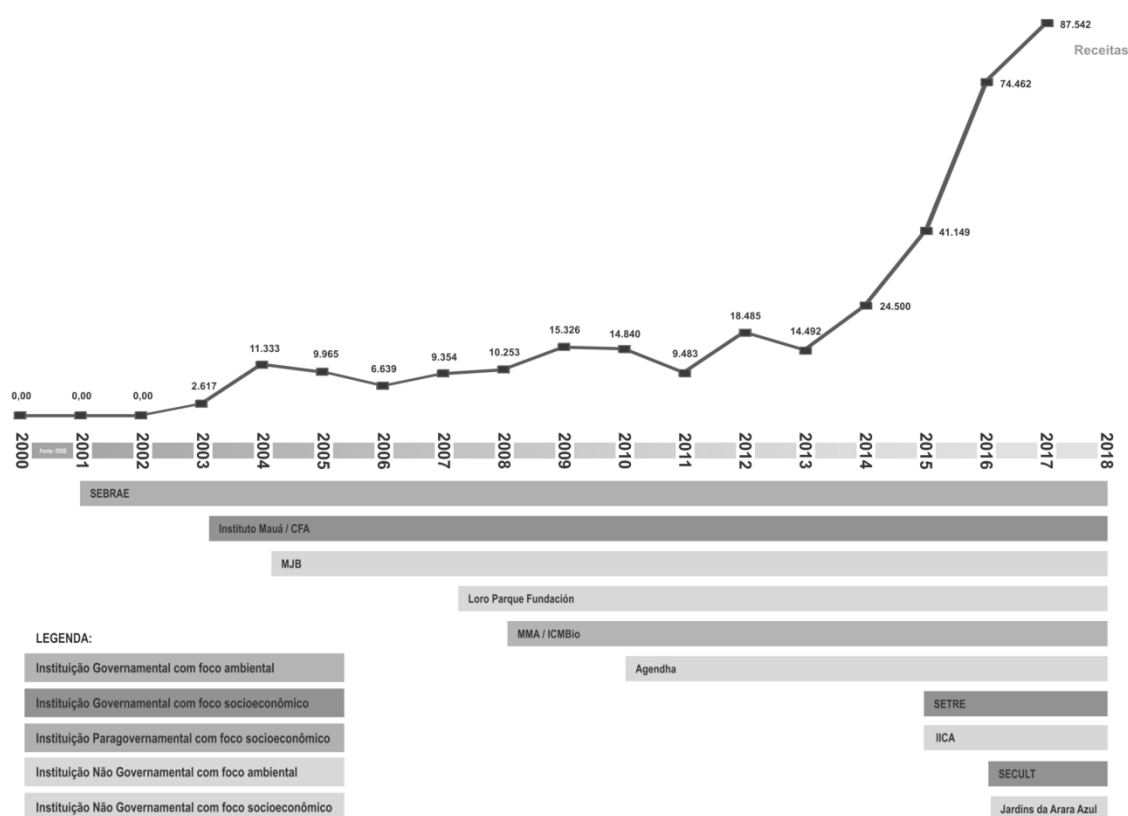
Em contraponto com a necessidade da preservação encontra-se a atividade produtiva baseada na natureza, em geral de perfil extrativista. Nesta, um dos grandes desafios é, sem dúvida, o de construir diretrizes técnicas para boas práticas de manejo florestal. Com relação mais especificamente ao uso da palmeira do licuri como fonte de

geração de renda, estudos têm sido feitos de forma a garantir uma boa relação entre preservação e desenvolvimento socioeconômico. Tais estudos, realizados e em realização, torna possível a criação de novos protocolos que orientem a atividade extrativista de forma a preservar o bioma regional, como a publicação de normas que regulem a extração dos insumos do licurizeiro.

A construção de uma relação de harmonia entre o habitante das áreas rurais do nordeste brasileiro com o seu *habitat* é um dos desafios que se apresentam na busca de um desenvolvimento mais humano e sustentável (ALENCAR, 2017).

No contexto pesquisado, há evidências da ocorrência de múltiplas fontes de renda, caracterizadas por plurirrendimentos, oriundos da atividade produtiva, seja agrícola ou não agrícola, como também de recebimentos líquidos de receitas não produtivas. Tal característica de diversificação de portfólio dos meios de vida é uma estratégia de melhoramento e estabilização da condição de vida (ESCHER e outros, 2014).

É possível notar também a presença de rendas oriundas de programas de transferência governamental (Bolsa Família e Aposentadoria Rural), que são importantes no incremento da renda familiar local já que constituem uma fonte de renda fixa e mensal, garantindo segurança financeira, independente do período. Já a principal fonte de renda, em termos financeiros, a produção artesanal, enquadrada como “Receitas de Atividades Não Agropecuárias”, tem a característica de ser variável e dependente, seja da natureza ou do mercado, embora se perceba que, no histórico dessa evolução econômica, há uma tendência de crescimento no decorrer dos anos pesquisados, como poderemos observar nos dados apresentados mais à frente.

Gráfico 1- Relação entre evolução de receitas e presença institucional

Fonte: Levantamento de campo elaborado pelos autores (2018).

No levantamento de informações realizado, pode-se entender a evolução da receita relativa à produção artesanal, ou seja, quais as entradas financeiras que ocorreram com a venda dos produtos artesanais em nome da Associação dos Artesãos de Santa Brígida, a partir do ano da sua formalização. Tais dados foram posteriormente organizados e sistematizados, de forma a se ter uma melhor visualização da linha histórica. Observando o GRÁFICO 1, verifica-se que tal evolução apresentou uma linha de crescimento leve, mas constante, resultando em uma linha de tendência positiva de evolução financeira.

Podemos notar que a evolução econômica através do incremento produtivo da atividade artesanal é acompanhada de um histórico de ações institucionais voltadas para o aprimoramento produtivo e instrumentalização do grupo, a fim de que seus integrantes tivessem melhor capacidade de acessar o mercado consumidor.

Embora a curva de evolução das receitas não apresente uma constância linear na sua curva de crescimento, nota-se uma mudança de seu ritmo a partir de 2013, ganhando mais

força. Cumpre notar, entretanto, que, antes desse ponto, a ampliação da presença institucional apresenta “pico” a partir de 2007, quando instituições de diferentes abordagens começam a se relacionar com a região. Daí levanta-se uma questão a respeito da causa da forte inflexão ocorrida no ano de 2013 ter sido gerada frente pela ampliação da presença institucional ou ter sido fruto de uma fase inicial de fortalecimento das capacidades individuais, ocorrida durante onze anos (2002-2013).

Em termos de presença institucional, é possível perceber a existência do que aqui denominaremos de “categorias de institucionalidade”: as instituições públicas, privadas ou mistas, cujo papel no desenvolvimento social e econômico se reflete nas ações de capacitação técnica (produtiva ou de gestão) que promovem a geração de renda; as organizações governamentais ou do terceiro setor que atuam na preservação do meio ambiente, forte componente das dinâmicas locais; as organizações do terceiro setor que, através de suas visões de desenvolvimento social, atuam junto com as organizações sociais locais na geração de soluções específicas.

A presença de tal diversidade de intenções e interesses cria uma “dinâmica de conflitos” (CANTELMO, 2015), conflito aqui entendido como um estado resultante da ocorrência concomitante de exigências e demandas, por vezes antagônicas ou excludentes (a tensão entre o preservacionismo ambiental frente à necessidade de implantação de núcleos produtivos que utilizam insumos naturais, por exemplo).

Tal dinâmica, de certa forma, gera um efeito positivo no processo de desenvolvimento socioeconômico do local, processo gerador de um estado de tensão natural, segundo Carlos Brandão (2007, p. 200), cuja tendência é manter um caminho no qual nem um nem outro lado prevaleça, mas se busque uma forma de construção conjunta, organizada ou orgânica.

Formação de um território produtivo

A integração dos primeiros artesãos com os mais novos, através dos processos de trocas de saberes, motivou-os a buscar o entendimento do grupo sobre este processo de multiplicação de conhecimento.

Entendemos que este processo de transmissão do conhecimento técnico ocorre, ainda, através da oralidade e das motivações pessoais, tanto do detentor do conhecimento como do aprendiz interessado, processo natural da atividade artesanal.

A formação de uma rede de trocas permitiu a aproximação do grupo de Morada Velha aos outros novos grupos produtivos, como também possibilitou a certos integrantes desses grupos tornarem-se mediadores com outros “mundos sociais”. (BECKER, 1977 *apud* LIMA, 2012)

Essas ações de trocas de conhecimento, ou o que aqui denominamos de “trocas de saberes”, surgem como uma ação pontual de capacitação técnica, em que a absorção de um conhecimento técnico, objetivo inicial, é sobreposto por um processo de construção de uma coletividade. Esse processo de aprendizagem, além da transferência do conhecimento, fortalece as relações entre as comunidades.

A formação de um contexto produtivo estruturado em uma rede de interações institucionais e de integrações de saberes consolida-se através das ações e das relações com a natureza e com o capital cognitivo existente, representado pelo conhecimento de manejo e de convivência com o bioma local.

Esse projeto de arranjo produtivo apresenta-se como um processo de organização setorial e territorial, em uma tentativa de reunir comunidades que desenvolvem produtos com a mesma matéria-prima, a partir do aumento da capacidade produtiva regional, construindo uma relação de consciência de coletividade e respeito de suas diferenças, mas coesas nas suas visões de respeito e preservação do meio ambiente e de buscas conjuntas a problemas sociais e econômicos.

Tal proposta surge como uma alternativa técnica para solucionar, inicialmente, problemas de escala de produção e aumento de comercialização. Com o decorrer do tempo e das ações, incorporam-se à proposta questões de preservação cultural, gestão associativa, preservação ambiental, aumento de autoestima, melhoria de infraestrutura e educação ambiental.

Como se pode perceber, a aproximação de agentes institucionais teve papel importante nessa curva de evolução dos parâmetros encontrados. Estes agentes chegam através de seus “discursos de desenvolvimento” direcionados a objetos específicos, o que,

segundo Ester Limonad, substitui o tradicional colonialismo por uma “manifestação histórica concreta da capacidade do pensamento hegemônico de cada período em fazer aparecer e prevalecer uma visão, a sua”. (LIMONAD, 2013, p. 130)

Outro ponto a se analisar é a correlação entre o crescimento das receitas com a atividade artesanal e a capacidade produtiva do local. Tomando como base, através da comparação na curva de integrantes com a curva de receitas, que tal incremento econômico tem uma relação com o desenvolvimento da capacidade produtiva daquele grupo, pois, como toda atividade artesanal, trata-se de uma atividade manual, o crescimento do ingresso de receitas provém de características como: fortalecimento daquele grupo enquanto núcleo produtivo; um processo de organização técnica, fruto de capacitações e assistências recebidas por instituições; organização enquanto ente associativo, e consequente estruturação legal administrativa; e sua consciência coletiva, de agregação e formação de novos integrantes.

Da mesma forma, tal crescimento tem relação com a participação institucional na região, que cresceu e se diversificou no decorrer do período pesquisado, como pudemos perceber na parte inferior do gráfico, ampliando a capacidade técnica e de comunicação de seus participantes, bem como os inserindo em um mercado institucional.

O confronto destes “poderes” na região pesquisada ocorre não só na relação agente/sujeito, mas também nas relações agente/agente. Por se tratar de uma atividade produtiva que se utiliza da matriz ambiental como insumo, as instituições que atuam com uma visão mais preservacionista tensionam o território para uma manutenção da natureza e para uma exploração menos extrativista. De outra forma, as instituições cuja visão tende ao desenvolvimento socioeconômico buscam novas soluções que se utilizam do patrimônio ambiental e cultural local como insumo produtivo.

Percebemos que tal tensão gera um ambiente no qual os “dois lados da corda” mantêm um equilíbrio que até então tem gerado resultados positivos, tais como a atualização das normas de uso e manejo das áreas do licuri, a manutenção da atividade do artesanato tradicional local como atividade econômica principal, o aumento da participação desses sujeitos sociais em ambientes de discussão, fixação das pessoas no local, entre outros.

Como toda tensão é dinâmica, ainda são identificados pontos a serem analisados e mantidos em observação pelos diversos sujeitos deste processo, como a possibilidade de aumento de produção gerar algum impacto ambiental ou incapacidade de produção e o não reconhecimento efetivo desse arranjo produtivo pelas instituições presentes, a despeito de ser este fruto de suas ações.

Por outro lado, podemos identificar resultados conquistados pelos integrantes deste processo. Em especial, vale destacar a questão do aumento da autonomização social, embora ainda muito vinculada ao processo comercial.

O uso da tecnologia tem trazido maior individualização das pessoas, caracterizando um mundo de relações “tão perto - tão longe”. Mas podemos notar, no convívio entre os integrantes do território, que esta mesma tecnologia que afasta o próximo, naquele contexto regional, aproxima o distante.

Através da participação em eventos e da promoção de momentos de interação dos integrantes do assim denominado “Polo da Palha do Licuri” com outros grupos produtivos, tem gerado uma ampliação das redes de contato entre artesãos. Estas novas relações, construídas entre territórios distintos, fortalece uma maior autonomização dos sujeitos inseridos em projetos de desenvolvimento local.

Conclusão

Um processo de desenvolvimento deve entender e incorporar a diversidade local na busca de soluções para os problemas que se apresentam. Da mesma forma que pode gerar o crescimento econômico, outros resultados devem concomitantemente ser almejados, trazendo o melhor para o local e para os que ali habitam. Desenvolvimento, enquanto processo, é dinâmico. E um desenvolvimento local é único, específico, possuindo, portanto, características próprias.

Embora indicadores de avaliação regional de desenvolvimento sinalizem um retrato de carências e necessidades, a produção artesanal tradicional se apresenta como principal atividade produtiva e geradora de renda.

Instituições perceberam que esse ativo é algo a ser utilizado como objeto para suas estratégias de desenvolvimento social e econômico. Com suas visões e abordagens

específicas, as instituições, de diferentes categorias, tornaram-se presentes naquela região, ofertando possibilidades de soluções, confrontando-se por vezes conceitos desenvolvimentistas antagônicos.

No “Polo da Palha do Licuri” os sujeitos têm sido provocados a participar das decisões, atuando na construção de um território sem fronteiras físicas, espacializado em uma região que compreende municípios com problemas sociais e ambientais similares, mas fortalecidos por uma territorialidade arraigada através dos saberes de técnicas tradicionais.

E a comunidade de Morada Velha tem tido papel essencial na construção desse território. Com uma visão de fortalecimento da coletividade, os habitantes democratizam sua maior riqueza, conhecimento, contribuindo para que outras comunidades desenvolvam sua autonomia através da constituição de uma rede de trocas. Uma rede em que a atividade produtiva os une e fortaleça, preservando a natureza e gerando renda.

A tradução empírica do resultado desses projetos de desenvolvimento é expressa através de materialidades construídas e objetos das intenções nele contidas, mas também de aspectos subjetivos de difícil definição e materialização, e essa dificuldade em parametrizar resultados subjetivos gera uma problemática da mensuração real dos impactos de processos de transformação social.

Os diversos (em quantidade e em categoria) aspectos subjetivos presentes nesse processo de evolução socioeconômica, como a preservação ambiental, o fortalecimento da identidade cultural regional, a produção de uma rede de trocas e as articulações institucionais conquistadas fortalecem uma percepção de existência e um impacto positivo do uso de um ativo cultural como vetor de desenvolvimento e fortalecimento do território.

Entendemos que ali se apresenta o resultado de um processo de desenvolvimento local, que se inicia em um movimento vertical de relações de poder e é convertido em um movimento horizontal de trocas com apropriação (ou poderíamos dizer em um empoderamento) de conhecimento, construindo um território fortalecido pelas relações econômicas baseadas nos saberes e potencialidades locais, em especial pelas representações da cultura regional que permeia a vida cotidiana e que se mantém ativa nas dinâmicas sociais e econômicas.

A cultura assume, então, um papel mais ativo no processo de desenvolvimento e no fortalecimento de territorialidades e, dessa forma, contribui para a formação de territórios produtivos, como o que ali se encontra. Em um processo de participação real, que não legitima interesses dominantes, no qual os sujeitos “sentam em uma mesa redonda, sem cabeceiras”, as ações demonstram aumento da participação individual nas tomadas de decisão aliadas à criação de oportunidades que apoiam o desenvolvimento local, embora ainda se configure a existência de relações de dependência com esses agentes externos, a despeito do espaço proporcionado para sua autonomia.

A ampliação da participação dos sujeitos neste processo expande suas capacidades, fortalecendo-os como autores de suas histórias e como coagentes na definição de critérios e na tomada de decisão, quando não são eles os próprios agentes indutores de processo. Sabemos que em um processo de empoderamento local por meio de suas manifestações culturais existem demandas que não serão atendidas sem a ampliação de suas outras liberdades substantivas, mas é um primeiro degrau (ou mesmo mais de um) que se alcança. Devemos, assim, fortalecer, através de visualização e incentivo, o “chão de terra batida” desta escada para o seu desenvolvimento.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ALENCAR, C.M.M. **Campo e rural na metrópole**: sinais de um padrão civilizatório. Curitiba: CRV, 2017.
- AMARAL, A.C.A. *et al.* **Plano de ação nacional para a conservação da arara-azul-de-lear**. 2. ed. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pan-arara-de-lear/pan-arara-azul-de-lear.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BAPTISTA, M. V. **Desenvolvimento de comunidade**: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global. São Paulo: Cortez&Moraes, 1979.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.2, nov. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p39>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- BRAGA, C; LAGES, V; MORELLI, G (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, mai. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23>. Acesso em: 27 mai. 2018.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Unicamp, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Instrução Normativa nº 191 (24/9/2008)**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/INo191-240908.pdf>. Acessado em 9/7/2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico da palmeira licuri (*Syagrus coronata*)**. Brasília, DF 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/licuri.pdf>. Acessado em 10/6/2018.

CANTELMO, W; LOBO, C; GARCIA, R.A. (2015). Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 355-370, Nov/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3403>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ESCHER, F. *et al.* Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **RESR**, Piracicaba, vol. 52, n. 04, p.643-668, Out/Dez 2014, impressa em Janeiro/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n4/a02v52n4.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

FREIXINHO, N. **O sertão arcaico do Nordeste do Brasil**: uma releitura. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p.65.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Ano IX, n.17, 2007. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 11 mai. 2018.

IVO, A.B.L. Paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, mai-ago 2012.

KRUCKEN, L. **Design e território**: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LIMA, R.G. **O povo do Candeal, caminhos da louca de barro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. p.354.

LIMONAD, E. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **RBEUR**, v.15, n.1, p.125-138, mai. 2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174>. Acesso em: 30 mar. 2017. p.128-130.

- PAES, M.L.N. **Plano de manejo**: Estação Ecológica Raso da Catarina. Brasília: IBAMA, 2008.
- PAUGAM, S. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora, 2003.
- QUEIROZ, M.I.P. **Sociologia e folclore**: a dança de São Gonçalo num povoado baiano. 2.ed. Salvador: EGBA, 1998.
- SEMEAR AMBIENTAL. **Plano de manejo sustentável para extração da fibra do licuri (Syagrus coronata)**. Salvador: Semear Gestão Sócioambiental, 2009. 69 p. Não publicado.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TONNEAU, J.P; CUNHA, L.H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semiárido. **Revista Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n. 01 e 02, p. 45–53, jan-dez/2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264841345_PESQUISAS_EM_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_NO_SEMI-ARIDO. Acesso em: 17 set. 2018.
- YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Tradução de Marie-Anne Kremer). 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p.545.
- UNESCO. **Culture for Development Indicators: Methodology Manual**. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://www.unesco.org/creativity/cdis>. Acessado em 29/3/2017.
- SACHS, J. **The age of sustainable development**. Columbia University Press, 2015. p. 449-451.

Dados dos autores

Mario Bestetti Costa

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL, Salvador-BA e Pesquisador do Instituto de Design Social e Sustentável - IDSS. Email: mario@idss.org.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7084-5322>.

Laila Nazem Mourad

Docente do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador – UCSal, Salvador/BA. Email: mourad.laila7@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4175-0089>.